

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.416.493 - SP  
(2018/0332412-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE** : **CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 4**  
**REGIÃO**  
**PROCURADORE** : **CLÁUDIO ARAÚJO PINHO - RJ073168**  
**S**  
**JONATAS FRANCISCO CHAVES E OUTRO(S) - SP220653**  
**ANDERSON CADAN PATRICIO FONSECA - SP267010**  
**AGRAVADO** : **ALTEMIR DOS SANTOS**  
**ADVOGADOS** : **FLAVIO JOSE NEVES LUIZ - SP350097**  
**CLAUDINÉIA MARIA PEREIRA - SP250850**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. CONSELHO PROFISSIONAL. EDUCAÇÃO FÍSICA. INSCRIÇÃO PROFISSIONAL COM ATUAÇÃO PLENA. SUPOSTA AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. OFENSA A DISPOSITIVOS DAS LEIS Nº 9394/96 E 9696/98. SÚMULA 211/STJ. CURSO COM CARGA HORÁRIA DE 3.800 HORAS. ATUAÇÃO EM TODOS OS SEGMENTOS DO MERCADO. VERIFICAÇÃO DE REQUISITOS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O mero julgamento da causa em sentido contrário aos interesses e à pretensão de uma das partes não caracteriza a ausência de prestação jurisdicional tampouco viola o art. 1.022 do CPC/2015. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
2. Somente se poderá entender pelo prequestionamento implícito quando a matéria tratada no dispositivo legal for apreciada e solucionada pelo Tribunal de origem, de forma que se possa reconhecer qual norma direcionou o *decisum* objurgado.
3. O recurso especial não é, em razão da Súmula 07/STJ, via processual adequada para questionar julgado que se afirmou explicitamente em contexto fático-probatório próprio da causa.
4. Agravo interno não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente), Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

